

IDENTIDADE, FAMÍLIA E LETRAMENTO: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS NUM CONTEXTO DE POBREZA

VIVIANE FARIA LOPES¹⁰⁴

Resumo: Este trabalho visa discutir os significados de “família” na concepção de pessoas de classes menos favorecidas economicamente. Para tanto, leva-se em consideração a influência do letramento – representado pela instituição “escola” – e da identidade – representada pela ideologia religiosa – na formação desse conceito social, bem como até que ponto o mundo físico contrasta ou se aproxima do mundo da consciência na formação desse valor. Parte-se da hipótese de que, na sociedade atual, diversos valores sociais, religiosos e culturais têm passado por transformações significativas se comparados às mudanças ocorridas em épocas anteriores. Partindo desse pressuposto é que se promove uma investigação, à luz da *Análise do Discurso Crítica* (ADC), sobre a relação existente entre os valores da unidade familiar em classes menos favorecidas e influenciadas por ideologias/crenças religiosas. Por meio de pesquisa etnográfica, realizada com estudantes de escolaridade tardia – idade entre 18 e 40 anos –, foram gerados dados empíricos que permitiram a análise linguístico-discursiva de representações que vão desde a relação do mundo físico de escassez material, passando pela exclusão social, até o mundo emocional. Os resultados alcançados significam uma contribuição para apoiar trabalhos futuros que, na tríade temática “identidade, família e letramento”, possam aprofundar pesquisas que levem em conta contextos sociais de pobreza, ou até mesmos outros.

Palavras-chave: *Sociedade. Família. Educação.*

Observa-se que, na sociedade atual, diversos valores sociais, religiosos e culturais têm passado por transformações um tanto quanto significativas se forem comparados às mudanças ocorridas em épocas anteriores. Contudo, faz-se curioso perceber e analisar que outros desses valores permanecem quase imutáveis mesmo após tantas mudanças/evoluções históricas, por estarem firmados numa contextualização de raízes mais profundas.

Tomemos como exemplo a definição da palavra “família”. O que significa “família”? Alguns conceitos dicionarizados afirmam que, geralmente, são pessoas aparentadas vivendo na mesma casa, algumas vezes unidas por laços sanguíneos ou alianças. Por mais que, mesmo sendo vários, os conceitos caminhem para o mesmo significado: “união, estar junto, viver junto”, os estudos histórico-sociais revelam que o conceito de “família” é distinto em cada época e, de igual modo, diretamente

¹⁰⁴ Mestra em Análise do Discurso pela *Universidade de Brasília* (UnB). Atualmente, é palestrante e professora de cursos de língua portuguesa em órgãos públicos e instituições privadas. E-mail: professoravivianefaria@yahoo.com.br

influenciado pela cultura proveniente de cada povo, além de ser modificado muitas vezes de acordo com as crenças religiosas vigentes em cada tempo/lugar.

Então, que a pergunta seja reformulada: hoje, o que significa o termo “família”?

A problemática da significação permanece, por estar diretamente submetida a todos os fatores de influência, quer sejam sociais, culturais, religiosos e, inclusive, econômicos. Assim, não é possível analisar tal conceito sem antes discutir e avaliar toda a carga de forças identitárias e sociais que o conformam.

O propósito deste trabalho é mostrar a relação que existe entre letramento e identidade na construção do significado de “família”, num contexto de pobreza, com foco centrado no ambiente escolar e na ideologia religiosa para a formação de um conceito que poder estar fisicamente distante do real, mas emocionalmente enraizado no indivíduo, por ser este fruto de suas próprias crenças e valores. Para tanto levar-se-á em consideração a influência do letramento – representado pela instituição “escola” – e da identidade – representada pela ideologia religiosa – na formação desse conceito social, bem como até que ponto o mundo físico contrasta ou se aproxima do mundo da consciência na formação desse valor.

Estudos na área de História, Psicologia e Sociologia mostram que a família – definição e formação física – passou por um processo de transformação desde sua origem até os dias atuais. O conceito é resultado direto de todas as influências culturais, sociais, religiosas e, até mesmo, geográficas de cada época e lugar. Desde a Antiguidade Clássica até a atualidade, essa célula-mater da sociedade tem sofrido modificações, sobretudo, se for considerada sua formação inicial e avaliada cada evolução sofrida no decorrer cronológico da História, como será abordado mais adiante.

Atualmente, a estrutura física “família”, em decorrência das mudanças na estrutura da sociedade, tem-se distanciado da definição medieval cristã que prevaleceu por tantos séculos no ocidente e foi influenciada, posteriormente, pelos valores da Idade Contemporânea, até chegar aos dias atuais, onde ainda se submete às transformações. O modelo tradicional tem sido substituído, progressivamente, por outros, resultando em novas assimilações e construções de valores.

A estrutura familiar compõe-se de um conjunto de indivíduos com condições e em posições socialmente reconhecidas e com uma interação regular e recorrente, socialmente aprovada. A família pode, então, assumir uma estrutura nuclear ou conjugal, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente comum. A estrutura nuclear tem uma grande capacidade de adaptação, reformulando a sua constituição, quando necessário.

Conforme o Projeto de Lei nº 1.151, de 1995, a união civil entre pessoas do mesmo sexo constitui a formação de uma família, o que prova a evolução do conceito do decorrer dos tempos e a mudança da mentalidade social diante do patriarcalismo, por exemplo. Nessas famílias de casais

homossexuais, existe uma ligação conjugal ou marital entre duas pessoas do mesmo sexo, que pode incluir crianças adotadas ou filhos biológicos de um ou ambos os parceiros.

Há três tipos de relações pessoais presentes numa família: a de aliança (casal), a de filiação (pais e filhos) e a de consanguinidade (irmãos). É nessa relação de parentesco, de pessoas que se vinculam pelo casamento ou por uniões sexuais, que se geram os filhos. Conforme afirma Stanhope (1999), os membros de uma família contribuem para a formação da identidade uns dos outros, servindo de defensores e protetores, ensinando sobre valores, formando alianças, discutindo, negociando e ajustando mutuamente os comportamentos. Além disso, é importante salientar, relativamente aos papéis atribuídos a cada membro, que será ideal que exista alguma flexibilidade, assim como a possibilidade de troca ocasional desses mesmos papéis, quando, por exemplo, um dos membros não possa desempenhar o seu (SOARES, 2003).

Diante do conhecimento a respeito do significado de família, é importante, agora, entender o significado de letramento. Em estudo recente, Lopes (2006, p. 15) sugere que letramento constitui um fenômeno essencialmente social, em que os usos da escrita são determinados pelas matrizes socioculturais que as configuram no contexto social. Sendo assim, trata-se de um fenômeno concebido como prática social que se processa pela intermediação da palavra escrita e vê a leitura e a escrita não como habilidades individuais, mas como atividades interativas, socialmente situadas e vinculadas a aspectos da cultura e das estruturas de poder nas quais se constituem. Isso se resume nas palavras da própria sociolinguísta “é inevitável a exposição das pessoas às mais diversificadas práticas sociais que se processam pela intermediação da palavra escrita”.

Estudos atuais apontam o letramento dentro de um conjunto de práticas sociais formadas e situadas num embasamento sociocultural, ao contrário do que muitos historiadores e psicólogos acreditaram por muito tempo: que a escrita fosse uma tecnologia neutra. Deve-se levar em conta não somente o que as pessoas podem fazer com a utilização da escrita, mas como a aquisição desse recurso tecnológico pode trazer de benefício a quem o tem, considerando a situação social em que o indivíduo está inserido. É relevante, por exemplo, verificar como as pessoas de classe socioeconômica baixa reagem diante dos desafios impostos por uma sociedade embasada no mundo da escrita, tendo ou não o domínio dessa prática social, já que a escrita está em toda parte. Na realidade, a escrita sempre foi e continua sendo um recurso tecnológico vinculado às estruturas de poder e não uma simples alfabetização ou instrução escolar. É por meio de estudos que se descobre os diversos usos da linguagem em uma comunidade e os valores transmitidos e recebidos graças ao letramento.

Em seu estudo sobre letramento, Suzzane Romaine (1984, p. 201) sugere que a escola é a fonte mais comum de distribuição de recursos para o desenvolvimento de habilidades. Nas palavras da sociolinguísta britânica, “as sociedades distribuem seus recursos comunicativos de maneira diferente e os indivíduos desenvolvem suas habilidades no contexto das riquezas a que têm acesso”.

Uma vertente que aborda as relações existentes entre oral/escrito, que enfoca, portanto, o letramento, é caracterizada por Marchuschi (2001, p. 32), para quem tal vertente enfatiza que todo uso linguístico e, conseqüentemente, o sentido que a ele é atribuído, é contextualizado em um âmbito sociocultural. Assim, a sociedade define o papel da escrita, mostrando que os diferentes usos sociais da escrita estão subordinados culturalmente ao comportamento da sociedade na qual está inserida, ao contexto social ao qual faz parte. Diante dessa influência tem-se, conseqüentemente, uma aproximação entre a fala e a escrita, tornando-as similares, e não diferentes, quanto às influências que exercem na sociedade.

Mas, estudos anteriores apontam, de acordo com Street (1993), dois modelos clássicos de letramento: o autônomo e o ideológico. O modelo autônomo é baseado na suposição de que o letramento teria base em si mesmo, agindo sobre outras práticas sociais cognitivas. Todavia, tal modelo acaba por mascarar as influências culturais e ideológicas nas quais se firma e que podem ser caracterizadas como neutras e universais. Já o modelo ideológico predispõe uma visão com ampla percepção cultural das práticas de letramento, de acordo com as variações sofridas de um contexto ao outro. Com bases distintas da do modelo autônomo, esse modelo sugere que o letramento é uma prática de cunho social, e não meramente uma atividade técnica e neutra, envolvido constantemente em princípios epistemológicos de base social (Street, 1993:5)

Segundo Marcuschi (2001), os usos linguísticos são sempre contextualizados em universos socioculturais, dando valores e significados diversos aos usos da escrita, dependendo do seu contexto. Kato (1986) afirma que a fala em estágio de letramento procura simular a escrita e Kleiman (2006) comenta que “o prestígio social conquistado pela escrita encontra-se evidenciado nas instâncias que o ratificam, por serem estas culturalmente legitimadas”, e, ao mesmo tempo, explica que o valor dado à escrita está diretamente aliado ao poder dos que a detêm e não às suas características materiais.

Tais afirmativas fortalecem o *modelo ideológico* apontado por Street (1984), que defende a idéia de que a escrita não é uma tecnologia neutra, mas, pelo contrário, é um recurso utilizado para se firmar poder e para se opor a esse poder. Para esse teórico, a escrita não segue um padrão determinado, já que se submete às influências históricas, culturais e sociais do contexto no qual está inserida.

Como se pode observar, o letramento envolve o estudo da língua levando em conta a modalidade escrita, analisando-a como uma prática social, que, na verdade, acaba por ser um meio pelo qual efetivam várias outras práticas sociais, vinculadas aos interesses de poder. Pode-se afirmar que a escola tornou-se a agência de controle de transmissão dos recursos comunicativos de maior destaque, já que, segundo a sociedade, é ela a responsável pelo ensino e manutenção da língua padrão. Esse domínio mantém o controle do letramento, de certa forma, nas mãos da instituição acadêmica, que acaba fazendo uso desse poder com a finalidade, consciente ou não, de sustentar a língua padrão como língua de prestígio e necessária a todos os que desejam uma ascensão social. Conseqüentemente,

a escrita, por ser a representação física desse padrão, recebe um destaque social. Assim, ela acaba por ser um divisor de águas: aqueles que a têm – com *status* – e aqueles que não a têm – marginalizados – já que isso está diretamente ligado à prevalência do poder nas relações sociais.

A escrita tem papel imprescindível e se reveste de um significado social muito particular: a um só tempo as ações que se processam por intermédio da palavra escrita configuram-se em desafios e em símbolos de mudanças. Várias pessoas, mesmo as mais simples, reconhecem que a manifestação escrita tem valor superior à manifestação oralizada e, por esse motivo, precisam enfrentar dificuldades a fim de superar suas limitações e sobreviver no mundo governado pela tecnologia da escrita.

Feito o embasamento do letramento como prática social e sua ligação com a dimensão cognitiva, passo, a seguir, para uma reflexão a respeito do conceito de ideologia.

O conceito de ideologia foi sugerido por Destutt de Tracy, filósofo francês, no final do século XVIII. Tracy tinha como pressuposto que as idéias não poderiam ser compreendidas como se possuíssem vida própria. Segundo ele, a ideologia deveria ser compreendida como “ciência das idéias”, assemelhando-se às ciências naturais. Na elaboração desse conceito, partia-se da crença na razão (própria do espírito iluminista do século XVIII) e no poder da ciência em submeter as idéias ao mesmo processo de análise e compreensão dos objetos naturais. Pode-se afirmar que essa seja a base da concepção da ideologia como ciência – como ciência das idéias.

Para Marcondes Filho (1997), ideologia é o conjunto de idéias, valores, intenções e aspirações na cabeça das pessoas. Assim, esta é a possibilidade de enxergarmos as situações de forma ideológica e, por essa razão, é comum a necessidade inerente ao ser humano de conhecer tais ideologias que fundamentam sua maneira de pensar a fim de identificar a que mais se aproxima do que se deseja, do que se espera como direcionador de crença e de atitude. O referido pesquisador afirma, também, que é a prática e não aquilo que se proclama que revela a posição ideológica de um indivíduo, ou seja, o comportamento, e não o discurso, que denuncia o norteador ideológico de uma pessoa. Assim, de acordo com esse estudioso, para se entender melhor a questão da ideologia é preciso ir mais além, avançar em um espaço mais amplo no problema da relação do indivíduo com as formas de poder que ele vive e que também desempenha.

Ideologia não é, portanto, um fenômeno individual, tanto que não aparece inclusive de forma consciente na maioria dos casos. Nessa perspectiva, quando pretendemos alguma coisa, quando defendemos uma idéia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos, não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, de um plano, de um projeto maior, do qual somos apenas representantes – repetimos conceitos e vontades, que já existiam anteriormente.

Segundo Thompson (1995), a ideologia é entendida, de forma geral, como um sistema de crenças, ou formas e práticas simbólicas, observando qual relação que as formas simbólicas possuem com as relações de poder. Nesse caso, nas palavras do autor.

Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados. (THOMPSON, 1995)

Os fenômenos simbólicos são, então, compreendidos como ideológicos quando se observa o contexto social no qual as simbologias estão se desenvolvendo e se propagando. E por meio do sentido das formas simbólicas, como ações e falas, imagens e textos, que estão inseridas no contexto social e circulam no mundo social, é que opera a ideologia e assim pode ser observada, pois são produzidas por sujeitos e reconhecidas por eles e outros como construtos significativos.

Para Thompson (1995) tanto as formas simbólicas quanto o sentido assim mobilizado são constitutivos da realidade social e se encontram envolvidos de maneira ativa, seja no ato de criar como no ato de manter as relações entre pessoas e grupos. Assim, para o autor, o discurso na atualidade está relacionado com a cultura pós-moderna e com o desenvolvimento cada vez maior do fenômeno da *Internet* como a forma mais rápida e longínqua de comunicação entre os seres humanos, caracterizando desta forma o fenômeno da globalização.

Já Street (1993) compreende a ideologia como o lugar de tensão entre a autoridade e o poder, entre a resistência e a criatividade, tanto da forma escrita quanto na forma verbalizada de uso da língua. Na visão de Marcuschi (2001), Street busca inserir questões técnicas, culturais, cognitivas e sociais com o modelo ideológico de letramento, ressaltando as relações de poder em que operam. Para o linguista brasileiro, até mesmo o trabalho desenvolvido no modelo autônomo de letramento – apontado como o dominante na escola – estaria inserido no interior do modelo ideológico como uma das formas de se tratar o letramento; além disso, analisa a variedade oralizada e a variedade escrita, em seus estudos, e sugere que tais sejam tratadas como práticas que diferem de um contexto sociocultural para outro.

Além do mais, Marcuschi nos brinda com uma visão da escrita embasada no aspecto social e etnográfico, analisando suas consequências, tanto no âmbito particularizado quanto no grupal, fazendo tal estudo resultar numa contraposição e reavaliação dos conceitos até então determinados como verdadeiros e únicos, indo de encontro ao modelo dos historiadores e dos psicólogos e trazendo outro, com fundamento ideológico, com um olhar social.

Não obstante, alguns estudos desconsideram a dimensão social da língua, ou seja, não enxergam seu uso na sociedade, mas somente a manifestação linguística. Isso se deve ao fato de até pouco tempo a língua ser estudada, em primazia, em sua manifestação oral, por estar essa vinculada

às transmissões culturais e históricas do povo. Contudo, com o passar do tempo, a sociedade viu a necessidade do registro escrito, com a finalidade de ampliar sua capacidade comunicativa. Essa criação humana acabou por obter maior prestígio do que a manifestação natural da fala, sendo associada, de modo geral, à língua-padrão, a qual regra as modalidades da boa fala e da escrita ideal em termos de padrão idealizado de correção.

Na concepção de van Dijk (2005), ideologia é a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. As pessoas, por meio das ideologias, organizam as crenças sociais sobre o que acontece de bom, de ruim, de certo ou de errado. Isso porque a modalidade escrita, por sua carga normatizada, influencia o que as pessoas aceitam como verdadeiro ou falso, especialmente no que se refere a crenças e normas para o grupo. Assim, as ideologias operam tanto no nível global da estrutura social como no nível das práticas sociais situadas na vida cotidiana. Poderíamos dizer que necessitamos de uma pragmática do uso da ideologia mais do que uma semântica da verdade. Uma teoria da ideologia assim posta nos permite descrever e explicar como os membros de grupos específicos falam, escrevem e atuam ideologicamente.

Já Fairclough (1992, trad. 2001) apresenta a ideologia e o poder relacionados ao conceito de discurso, situando-o numa concepção de poder como hegemonia. Recorrendo aos conceitos de Althusser e Gramsci, o linguista britânico procura apresentar a evolução dessas relações como luta hegemônica, investigando o discurso como forma de prática social.

Contudo, por mais que afirme que a teoria de Althusser influencie e forneça bases teóricas nos debates atuais sobre discurso, Fairclough sugere haver limitações em sua teoria e defende uma que seja semelhante à de Thompson (1984, 1990), apontando a luta ideológica como dimensão da prática discursiva. Em síntese, nas palavras de Fairclough (2000, p.17), “as ideologias são significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Num contexto de pobreza, a relação que existe entre letramento e identidade na construção do significado de “família” é intrínseca. As influências ideológicas e sociais apontam as modificações que certas instituições vêm sofrendo – como a própria família – no âmbito das sociedades modernas. Contudo, os dados empíricos gerados no ambiente escolar de uma comunidade de baixo poder aquisitivo partiram do pressuposto de que o letramento escolar e a ideologia veiculada pela religião influenciam esse conceito, ainda que a pobreza domine aquele espaço social, já que a ideologia religiosa forma um conceito que pode estar distante da realidade social, mas emocionalmente enraizado no indivíduo, por ser este fruto de suas próprias crenças e valores.

Tanto os discursos quanto os gêneros discursivos variam em estabilidade e escala. Nesse sentido, a ideologia religiosa, tão presente no discurso da comunidade, revela o poder do discurso do

líder religioso sobre ela. A intertextualização com o texto bíblico – a repetição da fala de outros, por exemplo – revela que ela tanto recebeu como transmitirá conceitos; isso é prática social.

Notamos o reforço a toda a religiosidade que permeia a fala dos alunos: a Bíblia. Eles assumem uma postura discursiva que é fruto do domínio ideológico religioso cristão, formando, assim, sua identidade enquanto pessoa.

As mulheres, por exemplo, ao atribuírem a si a responsabilidade de estabilidade familiar, explicitam a influência da religião em sua identidade. “Mãe” e “esposa” são papéis importantes na visão do cristianismo, contudo, inferiores em relação ao do homem – pai e esposo. Várias delas em nenhum momento responsabilizam o esposo quanto à mudança para um melhor convívio familiar, e sim, terminam trazendo para si a tarefa – pelo menos elas procuram enxergar somente a própria responsabilidade. Assumem, em grande parte, o papel imposto pelo cristianismo, que coloca a mulher como provedora e estabilizadora emocional do lar, como o ente destinado a ofertar o conforto sentimental, a felicidade.

A religiosidade, que embasa toda a fala de muitas dessas alunas, esclarece suas posturas discursivas e justifica suas formações identitárias. O próprio vocabulário por elas utilizado é formado pelo letramento adquirido na religião – ou pela leitura da Bíblia ou pelas palestras assistidas do líder espiritual.

A ideologia a respeito do poder da religião na sociedade – como, por exemplo, diminuir ou extirpar a violência – é resultado das idéias, valores e aspirações que constrói, como sugeriu Marcondes Filho (1997).

Verifica-se que vários moradores da comunidade validam a religião como aquilo que, de uma certa forma, acaba freando os impulsos humanos que levariam ao que seria incorreto, aos olhos dos seguidores dessa crença. Para Marcondes (1997), o ser humano necessita conhecer as ideologias que embasam sua forma de pensar, para que escolha àquela que mais se identifica com seus anseios. Principalmente as mulheres mostram que respeitam e seguem a religião que professam e, ainda segundo este pesquisador, a prática é a verdadeira reveladora ideológica, não o discurso por si só.

A ideologia é um sistema de crenças simbólicas relacionadas ao poder (THOMPSON, 1995). Algumas mulheres, ao afirmarem que não constituem, junto com os pais e os filhos, uma família completa, simplesmente porque não possuem marido, refletem o discurso oriundo da religião, que apregoa a necessidade de se ter um casal para a constituição de um lar, refletindo o poder exercido sobre elas.

Vários desses estudantes afirmam ser o casal heterossexual a base da constituição familiar, inferindo disformidade no núcleo que não a possui. Então, refletem a ideologia religiosa em sua formação como indivíduo social, por serem suas palavras resultado dessa influência e uma mera

repetição da crença que lhes foi passada. Essa alegação explica a crença religiosa repetida, ao acreditarem que uma mulher não casada não faça parte de uma família completa pela ausência do marido.

Conforme observa Hall (2006), o sujeito moderno, hoje constituído de várias identidades, termina por ser resultado de inúmeras questões não resolvidas, já que as questões sociais internas estão em colapso com as externas, frutos de mudanças estruturais e institucionais.

As identidades culturais acabam, assim, modificando o processo de identificação, nessa sociedade moderna em que o ator social encontra-se inserido e é constantemente influenciado. O sujeito é constantemente confrontado por uma multiplicidade desconcertante de identidades possíveis, com as quais ele pode ou não se sintonizar (HALL, 2006). Nota-se que vários desses alunos, de situação socioeconômica baixa, por mais que vejam as transformações sociais ocorridas, permanecem contundentes em sua posição formada por conceitos religiosos. Sua relação de submissão à crença religiosa mostra-se fortemente impositiva em seus conceitos de mundo, intensificando sua posição interior, por mais que a situação exterior se oponha. Para Hall, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (2006, p. 13). No caso deles, essa “fantasia” torna-se sua base, sua bandeira, enfim, sua realidade.

Os dados analisados no contexto desta pesquisa permitem afirmar que o conceito de família na atualidade, apesar das modificações no decorrer do contexto histórico-social, ainda são influenciados por ideologias conservadoras, oriundas de contexto religioso, por um lado, e escolar, por outro. Tais ideologias se manifestam em decorrência de situação social, econômica, acadêmica e religiosa, preservando bases que, algumas vezes, mostram-se ultrapassadas e ainda distantes da realidade visível.

Em pesquisa recente, Fontenele (2007, p.155) conclui que “embora uma tradição secular não perca a força identitária tão facilmente, a tríade pai, mãe e filhos tende a se enfraquecer nos tempos modernos”, reafirmando as palavras de Hall (2006, p.7), que argumenta o seguinte: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Não obstante, os resultados alcançados ao longo do presente estudo mostram que a família (uma identidade secular) ainda é a célula que garante a manutenção de valores. O trabalho sugere que, em contexto de pobreza, a família é, ainda, o que garante identidade do sujeito na sociedade, servindo-lhe de referência para a manutenção de crenças e conceitos.

Os dados básicos de análise foram colhidos entre adultos em situação de escolaridade tardia. O passaporte teórico principal foi a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), complementada por aportes teóricos da Linguística. O diálogo entre essas duas propostas teóricas, além de outros estudos, tais como Thompson (1985), entre outros, permitiu-me descrever e interpretar valores da unidade familiar em classes menos favorecidas, que são influenciadas por uma ideologia

religiosa. Ao lado disso, busquei analisar questões de letramento que me apontaram caminhos para discutir concepções pertinentes à ideologia e identidade.

Três procedimentos metodológicos guiaram meus passos na geração dos dados analisados: a observação participante, as entrevistas e a pesquisa documental. Trata-se de três modos e meios que me permitiram imprimir cientificidade e validade ao estudo ora apresentado.

Entre os resultados alcançados, pôde-se identificar que o contexto religioso constitui um pilar que se destaca na sustentabilidade da concepção de família, pelo menos por parte dos entrevistados, que vivem em situação de pobreza relativa. Isso faz uma diferença se levarmos em consideração que o esperado era encontrar a influência forte do letramento na vida dos pesquisados (adultos em situação de escolaridade tardia), sobretudo, se evocarmos as palavras de Romaine (1984), para quem o indivíduo desenvolve suas habilidades e, a meu ver, por extensão, sua dimensão cognitiva, em termos de valores e crenças, no contexto (situacional e cultural) de riquezas a que tem acesso.

Os dados analisados confirmam, também, que valores ideológicos, sobretudo, com relação a contexto de família, apontam para instâncias que não se encontram sedimentadas nas pessoas em particular, mas no meio social em que vivem. Em poucas palavras, quando defendemos uma idéia, uma aspiração, uma vontade ou um desejo, normalmente não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior – repetimos conceitos que já existiam anteriormente. Assim é que esses alunos deixaram claro, à sua maneira, que a base da sua identidade reforçada ou mediada por situações de letramento continua sendo a família, célula *mater* que se mantém ainda que exista a fragmentação do sujeito (HALL, 2006) em seus papéis sociais na modernidade tardia (THOMPSON, 1985).

Enfim, os resultados alcançados neste estudo significam uma contribuição para apoiar trabalhos futuros que, na tríade temática “identidade, família e letramento”, possam aprofundar pesquisas que levem em conta contextos sociais de pobreza, ou mesmo outros.

IDENTITY, FAMILY AND LITERACY: DISCURSIVE REPRESENTATION IN A CONTEXT OF POVERTY

Abstract: This work intend to discuss the meaning of “family” in conception of less favoured economically people. Therefore, it has to consider the literally influence – represented by “school” institution – and identity – represented by religious ideology – in structure of this social conception, as far as the fisik world contrasts or approaches to the conscience world in this value formation. It begins from the theory that, in present society, different social, religious and cultural values have been changed significantly if compared with earlier epoch. Starting from this purpose, a research is promoted through the *Critical Discourse Analysis* (CDA), about the

relation between the value of familiar unity in less favoured category and influenced by religious ideology. By means of ethnographic research, produced with students of late education – age between 18 and 40 years –, empiric information was reached wich permitted the discursive linguistics analysis of representation, going since the relation of material scarceness of fisik world, passing for social exclusion, to emotional world. The results reached mean a contribution to support future works wich, in the thematic triad “identity, family and literally”, can make deeper researches that consider poverty social context, or even others.

Key-words: *Society. Family. Education.*

REFERÊNCIAS

- DIJK, Teun ADrianus van. *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. São Paulo: Campo das Letras, 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FONTENELE, Eliane C. C. B. V. *Processos de mudanças discursivas: do contexto social ao eixo familiar*. Dissertação de Mestrado. Inédita. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KATO, Mary. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIMAN, Angela B. Org. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- LOPES, Iveuta de Abreu. *Cenas de letramentos sociais*. Recife, 2006.
- MARCONDES, Ciro F. *Ideologia*. 9ª ed. São Paulo: Global, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização In: Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Org: Denize Elena da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- ROMAINE, Suzzane. *The language of children and adolescents*. New York: Basil Blackwell, 1984.
- SOARES, A. P. *Transição para o Ensino Superior: Construção e validação de um modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário*. Dissertação de Doutorado. Braga, Portugal: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2003.
- STANHOPE, Márcia & LANCASTER, Jeanette. *Enfermagem Comunitária: promoção da saúde de grupos, famílias e indivíduos*. 1.ª Ed. Lisboa: Lusociência, 1999.

STREET, Brian V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Introducion: the new literacy studies. In: B. Street, ed., *Cross-cultural Approaches to Literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, R. J: Vozes, 1995.

_____. *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press, 1990.

_____. *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity Press, 1985.

Recebido em 06/09/2012. Aprovado em 28/10/2012.